

Aprendizagem e a inclusão do aluno com deficiente intelectual na educação básica do ensino fundamental

Autor:

Alexandre Rosa

*Graduado em Letras/Inglês,
doutorando pela Universidad San
Carlos - Asunción - Paraguay.*

DOI: 10.58203/Licuri.83081

Como citar este capítulo:

ROSA, Alexandre. Aprendizagem e a inclusão do aluno com deficiente intelectual na educação básica do ensino fundamental. In: MEDEIROS, Janiara de Lima (Org.). **Ensino e Educação: contextos e vivências**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 1-13. v. 2.

ISBN: 978-65-999183-0-8

Resumo

O objetivo desse estudo foi analisar a percepção do professor sobre o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência intelectual na sala de recursos multifuncional e Atendimento Educacional Especializado (AEE), no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular. O presente estudo sustenta nos princípios do paradigma da inclusão, ao defender: a não discriminação, o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana, acessibilidade e igualdade de oportunidades. Os resultados ressaltam a importância da sala de recursos no processo inclusivo. Contudo, revela que o trabalho nela desenvolvido não deve e não pode ser confundido com reforço escolar ou repetição de conteúdos curriculares da classe regular. Ela deve ser um espaço de desafio no qual o aluno, com deficiência, encontra condições necessárias para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, com vistas à superação de seu próprio limite, em busca da verdadeira inclusão. A Inclusão de alunos que apresentam, necessidades educacionais especiais vêm mobilizando a sociedade e toda comunidade escolar frente a este novo modelo de escola, onde todos os alunos devem estar incluídos nas salas de aulas, do ensino regular. Desse modo, todos os indivíduos, inclusive os deficientes Intelectuais, devem ter garantido seu direito de acesso e permanência na escola pública gratuita e de qualidade, possibilitando, assim, uma vida independente e uma postura crítica frente aos fatos ocorridos no cotidiano.

Palavras-chave Inclusão escolar. Diversidade Humana. Atendimento Educacional Especializado. AEE.

INTRODUÇÃO

As escolas de todo o país enfrentam um “novo-antigo” desafio: Incluir no cotidiano escolar todos os alunos, com suas semelhanças e diferenças, possibilitando, com isso, o desenvolvimento integral dos sujeitos. No entanto, sabe-se, na prática, que isso tem se constituído numa tarefa, tanto para os professores quanto para a instituição escolar de modo geral, uma vez que faltam recursos de todo tipo: formação adequada aos professores, material pedagógico que atenda às necessidades tanto dos alunos com dos professores, infraestrutura material no espaço escolar, equipe multiprofissional e apoio de entidades para a construção de um fazer pedagógico de qualidade.

Vale a pena ressaltar a preocupação de teóricos e especialistas na elaboração de material para a formação de professores, com o objetivo de propiciar a inclusão de alunos no processo de ensino-aprendizagem. Embora haja um vasto material teórico e cartilhas de orientação, na prática, isso ainda se constitui num grande desafio para a maior parte dos educadores comprometidos com o processo de desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos.

A inclusão escolar, influenciada por diretrizes internacionais, vem se constituindo como prioritária na legislação brasileira desde a década de noventa, com base nos princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), na legislação nacional parte do pressuposto que a educação inclusiva se caracteriza como uma ampliação de acesso à educação dos grupos historicamente excluídos em função de sua classe, etnia, gênero, idade e deficiência, entre outros.

Contudo, a história da sociedade implica a importância das várias culturas, resulta do crescimento das novas tecnologias e das intrincadas transformações nos caracteres da cultura social na coletividade, o que interfere nas escolas de modo expressivo.

Diante disso, Ferreira e Guimarães (2003, p. 37) é “inquestionável as diferenças entre os homens, mostrando as especificidades naturais de cada um. É o direito de ser, sendo diferente”.

Por conseguinte, o recinto escolar pode revelar esse direito transversalmente através da formação de exercícios dialógicas, onde, segundo Freire (2020, p. 45): Há seres que se deparam para a pronúncia do mundo em sociedade, para a sua mudança e transformação,

e neste contexto, não pode haver soberanos dominadores nem seres dominados, apenas a indagação permanente que é o método de conhecer.

Isso vai outrossim de apenas acolher e aceitar as necessidades das diferenças, mas implica, especialmente em:

A educação processa-se e acontece no contato entre os seres humanos, de maneira que as potencialidades, facilidades ou dificuldades de cada um moldam a extensão e o grau desenvolvimento psicossociais próprios. (FERREIRA E GUIMARÃES, 2003, p. 42).

Fundamentado, o delineamento discute, por meio de um estudo de caso, o desenvolvimento e o processo de ensino-aprendizagem, de um aluno com deficiência intelectual incluído em classe comum do ensino regular realizada no período de maio de 2019 a dezembro de 2019. O conceito de educação inclusiva, nesse texto, é entendido como um processo amplo, no qual a escola deve ter condições estruturais (físicas, de recursos humanos qualificados e financeiros) para acolher e promover condições democráticas de participação dos alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino-aprendizagem. Incumbe num processo no qual a escola possa promover não só o acesso e a permanência, mas também o aproveitamento social e escolar, levando em consideração as singularidades de cada um, com ou sem apoio especializado.

Em visto disto, defende-se uma proposta de educação que se pretenda inclusiva envolve não apenas o acesso e a permanência na classe comum do ensino regular, mas também o desenvolvimento social e escolar do aluno com deficiência.

Para descrever, a “A inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular” deliberou pelo método dialético, por possibilitar a análise do fenômeno da inclusão escolar em seu contexto mais abundante, levando-se em conta as contradições deste fenômeno social. O resultado disso é o aumento significativo dos encaminhamentos de crianças, adolescentes e dos próprios professores para especialista da área da Saúde, indicando a compreensão da maior parte das pessoas de que o problema de escolarização, que envolve toda a complexa estrutura escolar, é individual e de carácter orgânico, deslocando o foco do problema, que é político-social, para o corpo e o psiquismo dos alunos e dos professores.

Vale lembrar que desde Salamanca o termo necessidades educacionais especiais, assim como a expressão educação inclusiva passaram a abranger desde pessoas com dificuldades de aprendizagem decorrentes de condições econômicas e socioculturais, até pessoas com algum tipo de deficiência, altas habilidades ou condutas típicas.

Assim, este artigo tem como objetivo possibilitar ao profissional o conhecimento das principais características de desenvolvimento e dificuldades dos sujeitos com deficiência intelectual, bem com as possibilidades de intervenções no contexto escolar e social. Entendendo o seu papel como mediador da inclusão do aluno que apresenta qualquer característica. Além disso, o objetivo é de refletir sobre os princípios e as estratégias de intervenção diante dos problemas de escolarização do aluno, segundo uma perspectiva crítica, no contexto escolar. É de suma importância destacar que a Dialética se fundamenta em princípios: a unidade dos opostos, quantidade e qualidade e negação da negação. Quanto aos fins, a pesquisa foi realizada de forma descritiva, bibliográfica e qualitativa.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO TIPO DA SOCIEDADE

A deficiência intelectual historicamente vem sendo considerado uma condição patogênica, vista como fator que impossibilita a participação social e educacional da pessoa.

Antigamente, na Grécia, os deficientes intelectuais eram abandonados ou assassinados por não atenderem os ideais de beleza e perfeição. Na idade Média, por apresentarem sinais de malformação física ou mental, os deficientes intelectuais eram considerados filhos de satanás, sendo queimados em fogueiras (CARVALHO, 2004).

Entretanto, por conta do advento do cristianismo, os deficientes intelectuais também eram protegidos como inocentes de Deus, uma vez que apresentavam a inocência e a pureza (CARVALHO, 2004).

No século XVII, houve o interesse da ciência no estudo da deficiência com a obra “Opera Omnia” de Nicolau Tamaturgo, que hoje é conhecido como São Nicolau, padroeiro dos deficientes (CARVALHO, 2004).

As pessoas com deficiência intelectual passaram a ser consideradas passíveis de ser educado somente no século XIX, graças ao trabalho do médico Jean Itard (1774-1838) – consideradas o primeiro teórico de Educação Especial – com o menino Victor de Aveyron, conhecido como “menino selvagem” (CARVALHO, 2004).

Atualmente, houve uma grande mudança na maneira de tratar a pessoa com deficiência, não mais usando os termos do passado com significados negativos. Segundo Pessotti (1984.p.25):

Deficiência Intelectual veio substituir conotações e termos errôneos como “débil mental”, “idiota”, “retardado mental”, excepcional, “incapaz mentalmente”, “maluco” ou “louco”, construídos e utilizados por médicos, em determinados períodos históricos da sociedade europeia.

Existe um demérito em conformidade aos fatores pertinentes à aprendizagem a qual encontrar-se inteiramente acoplado a compartimento do grau de deficiência, quão intensamente à ampla tradição das medições de inteligências, que beneficia para diante da média e expelia as pessoas que permanecessem abaixo da média. Desta forma, é necessário estabelecer uma importante reflexão no sentido de conhecer os caminhos já percorridos pela inclusão, bem como recriar práticas educativas escolares capazes de oportunizar aprendizagem a todos os alunos.

Apesar da legislação em vários países, inclusive no Brasil, ser a favor da prática da inclusão, as escolas e a própria sociedade em geral continuam evidenciando a impossibilidade desta prática, quer por questões de acesso, quer por não se sentirem preparadas no campo metodológico, ou ainda por não dispor de apoio pedagógico necessário, o fato é que as escolas regulares resistem à inclusão, como se dentro de seu quadro discente já não houvesse alunos com várias necessidades, como se a uniformidade estivesse presente na escola atual.

Atualmente, com a inclusão de política pública nas redes regulares de ensino fundamental, tem se modificado essa visão que expelle e desdenha as oportunidades de desdobramento dos indivíduos com deficiência intelectual no ensino de nove anos.

Do mesmo modo, a ampla questão a ser rebuscada é: de que feitio o ensino fundamental pode solidificar método de inclusão dos estudantes com demandas de necessidades especiais em suas incumbências de atividades pedagógicas, sem que seja

somente uma consistência social, mas seja verdadeiramente um tirocínio inclusivo com decorrências de carácter prático na aprendizagem.

A inclusão tentando garantir uma educação de qualidade para os alunos com deficiência incluídos no ensino regular, trouxe através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Atendimento Educacional especializado (AEE), um serviço da educação especial que "[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/ SEED/ MEC, p.17, 2010)

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola (SEESP/ SEED/ MEC, p. 17, 2010).

A Política de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de janeiro de 2008, assegura o direito de toda criança frequentar a escola comum, esclarecendo ações que são de competência da educação especial daquelas que são de competência do ensino comum.

Este último é responsável pela escolarização de todos os alunos, indistintamente, nas classes comuns de ensino, o primeiro, pelos serviços de que podem necessitar os alunos público alvo da educação especial.

Dentre esses serviços, a política orienta para a oferta do AEE - Atendimento Educacional Especializado. De acordo com essa política, este atendimento assegura que os alunos aprendam o que é diferente do currículo de ensino comum e que é necessidade para que possam ultrapassar as barreiras imposta pela deficiência.

O Atendimento Educacional Especializado - AEE- destinado aos alunos público alvo da educação especial, é um serviço que: Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Este

atendimento privilegia o desenvolvimento dos alunos e a superação dos limites intelectuais, motores ou sensoriais. Visa especialmente, o acesso ao conhecimento, permitindo ao sujeito sair de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber.

Neste sentido, o Atendimento Educacional Especializado foi regulamentado pelo Decreto Nº 6.571, de 2008. O referido decreto reestrutura a educação especial, consolidam diretrizes e ações já existentes, voltadas à educação inclusiva, e destina recursos do Fundo da Educação Básica (FUNDEB) ao atendimento de necessidade específicas do segmento.

A declaração dos direitos dos deficientes aprovados pela ONU, em 13 de dezembro de 1975, diz em seu artigo 4ª: “O deficiente tem os mesmos direitos civis e políticos dos demais seres humanos”.

O professor de AEE oferece acompanhamento em sala de aula para ensinar o uso de recursos destinados aos alunos com deficiências aos professores do e demais alunos. O professor do AEE deve identificar e desenvolver estratégias educativas visando à superação das dificuldades de aprendizagem deles.

Ele inclui em suas ações, avaliação do aluno, a gestão do seu processo de aprendizagem e acompanhamento desse aluno na sala de recursos multifuncionais (espaço destinado para realização do AEE) e na interlocução com o professor.

Segundo Carneiro (2007) menciona que os alunos com deficiência intelectual são os que impulsiona a sapiência na escola a anuir a inadequação de seus exercícios para reflexionar às diferenças dos discentes. Contudo, as práticas colegiais convencionais não dão instância de atender às pessoas com deficiência intelectual, em quaisquer das suas demonstrações, de tal modo como não são pertinentes às diferentes atitudes de os estudantes, sem alguma deficiência, discorrerem e meditar de uma sapiência de concordata com suas competências intelectual.

Apesar de assegurado pelo decreto acima mencionado, O AEE não está “implementado” em todas as escolas brasileiras e, ainda como se trata de um serviço recente, não dispomos de pesquisas que indiquem o impacto desse atendimento na aprendizagem dos alunos que dele se beneficiam.

Dentro desta perspectiva, a inclusão escolar obteve avanços significativos no decorrer de sua história, mas ainda há a necessidade de envolvimento político, institucional e familiar para que esses avanços continuem ocorrendo e pensando sempre na criança

especial, pois se está lidando com pessoas, seres únicos, que possuem sentimentos e expectativas (MANTOAN, 1997).

O princípio básico da inclusão escolar consiste em que as escolas reconheçam diversas necessidades dos alunos e a elas respondam, assegurando-lhes uma educação de qualidade, que lhes proporcione aprendizagem por meio de currículo apropriado e promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros quesitos (UNESCO *apud* MENDES, 2002, p. 56).

Desta mesma maneira a inclusão é um processo que contribui para a construção de um novo tipo da sociedade, com transformações nos ambientes físicos, como: espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos, meios de transportes, entre outros, e na mentalidade de todas as pessoas, porque ninguém carrega sua deficiência nas costas e de vez em quando descansam delas. O ser humano existe com suas limitações e possibilidades, sendo deficiente ou não, por isso a sociedade não deve pensar na ilusão de descansar também (MANTOAN, 1997).

Nesse sentido, o atendimento educacional por si só não garante a aprendizagem dos alunos, ou seja, mudanças substanciais no interior da escola e nos sistemas de ensino se fazem necessárias para garantir a aprendizagem de todos os alunos. A colaboração entre os diversos agentes da escola tais como os gestores e a equipe técnica, os professores do AEE são imprescindíveis para o desenvolvimento de uma prática sintonizada com as necessidades dos clientes.

Portanto, a meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos:

à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminham-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular (MANTOAN, 1997, p. 56).

Assim a família e a escola são à base de formação para um cidadão. Segundo intercede Vygostsky (1994-1997), a deficiência intelectual nesta discrepância está a uma condição estagnada, nem em uma linha particular/pessoal, não sendo capaz de ser vista apenas pelos empecilhos ou impedimentos. Ela carece ser compreendida adentro de uma interpretação ecológica que medite a conduta da pessoa na influência mútua com a sociedade em que convive, ressaltando as conveniências e o apoio herdado ao longo do aprendizado de vida. A tarefas do educador deve antepor o desenvolvimento intelectual e o livre-arbítrio dos seus discentes com necessidades intelectual, não focando atividades ou procedimentos mecânicos, e sim a ampliação do desenvolvimento das incumbências psicológicas elevadas com aprendizagens considerável e significativas aos seus alunos.

A IMPORTÂNCIA DE REFLETIR SOBRE OS DESAFIOS DO COTIDIANO ESCOLAR

Pontue-se que é possível identificar iniciativa na escola Municipal Deputado Ulisses Guimarães, que está situada na Rua Vila Nova, S/N, setor Vila Nova, nesta cidade de Santa Maria da Vitoria. Foi criada através do ato de criação da Lei nº 360 de 24/03/1993, e ato de Autorização e Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE053/93 de 17/05/98, inaugurada em 22/03/1993).

A escola encontra inserida numa comunidade de Baixa Renda que em sua maioria tem uma família desestruturada tanto no aspecto financeiro como no afetivo e isso interfere de maneira parcial no processo de ensino e aprendizagem. O êxodo rural vem provocando no decorrer do tempo, o inchaço na rede urbana deste município situado no extremo Oeste da Bahia, provocando assim, um grande desnível social e econômico. No que se refere ao conhecimento a Missão do trabalho é de forma coletiva oferecendo a assegurando um ensino de qualidade, garantindo a o acesso e a permanência dos alunos, formando cidadãos capazes de agir na transformação da sociedade.

Desta forma, sustenta nos princípios do paradigma da inclusão, ao defender: a não discriminação, o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana, acessibilidade e igualdade de oportunidades. Além disso, deve assegurar que as pessoas com deficiência recebem apoio no sistema regular de ensino favorecendo o seu desenvolvimento, uma vez que existe aluno por nome de F. B. dos Santos matriculado na turma do Jardim I, neste estabelecimento de ensino, o

mesmo de 5 filhos, é gêmeo com sua irmã Yasmi. Ele possui um diagnóstico de deficiência Intelectiva Idiopático, com CID (F79).

Diante desse cenário, a escola, assume o compromisso de elaborar diretrizes, os pais expressaram a preocupação com o futuro do filho em comentário como este: “meu filho tem 5 anos e tem de se preparar para o futuro, para outro momento da sua vida, e a escola precisa ajudar”. E também se questionavam sobre a efetiva inclusão escolar: “às vezes tenho vontade de tirar meu [filho da escola], porque a escola não se preparou para receber nossos filhos aqui”. Mas eles devem permanecer na escola, porque esse é o momento de eles aprenderem.

Considerando esses fatos, a integração dos alunos com deficiência começou quando eles chegaram à escola e tem sido feita na medida das possibilidades da própria escola, podendo ser fortalecida com a mobilização, motivação, apoio dos professores, em colaboração com os familiares e os outros alunos. Muitas outras possibilidades de ações de educação inclusiva de alunos com deficiências podem ainda ser exploradas, como preparar alunos voluntários para dar aulas para os ainda não alfabetizados: promover visitas de professores a outros locais de formação, como escolas de ensino técnico e universidades, que possam mostrar as perspectivas de estudos e de trabalho dos alunos com deficiência.

Portanto, enquanto as transformações sociais mais profundas não ocorrem, deve-se lutar para as condições escolares, a serem mais justas e dignas possíveis. Para as pessoas com DI, deve-se lutar por espaços profissionais associados não apenas com salários adequados, mas também com os projetos de vida, com a individuação; a deficiência não deveria ser negada nem tomada como barreiras ao desenvolvimento individual.

Dentro deste princípio, a inclusão se traduz pela capacidade da escola em dar respostas eficazes as diferenças de aprendizagem dos alunos, considerando o desenvolvimento deles como prioritário. A prática da inclusão implica no reconhecimento das diferenças dos alunos e na concepção de que a aprendizagem é construída em cooperação a partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio, tendo o sujeito de conhecimento como um sujeito autônomo.

O professor pode ampliar as possibilidades aprendizagem do aluno a partir de diferentes propostas didáticas as quais ele pode organizar no desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Para isso, é importante refletir sobre os desafios do cotidiano escolar. Este novo olhar e esta nova forma de atuar ampliam as possibilidades de desenvolvimento profissional e pessoal do professor. A educação brasileira enfrenta o desafio de, no desenvolvimento das práticas cotidianas, transforma-se, para ser capaz de garantir a acessibilidade e a permanência de todas as crianças, de modo que elas possam se apropriar dos bens culturais traduzidos como conhecimentos escolares. A concretização da política de inclusão se torna perceptível quando as redes de ensino começam a se organizar para receber e oferecer as condições de aprendizagem a todo seu alunado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação não pode continuar ignorando o que acontece a sua volta, aniquilando e marginalizando as diferenças nos processos através dos quais, forma e instrui os alunos. Além disso, é importante reiterar que aprender implica em saber expressar, dos mais variados modos, o que sabemos representar o mundo, a partir de nossas origens, valores, sentimentos. O trabalho pedagógico na sala de recursos só tem sentido se o professor do ano que o aluno se encontra der continuidade na sala regular. Vale lembrar que o trabalho desenvolvido na sala de recursos não deve e não pode ser confundido com reforço escolar, programáticos da classe regular.

Deste modo, os recursos especiais e caminhos alternativos não ficam dispensados, porque o aluno está frequentando uma escola regular. Portanto, pensar a inclusão pressupõe políticas educacionais claras, coerentes e fundamentadas nas relações sociais. As questões teóricas do processo de inclusão têm sido amplamente discutidas por estudiosos e pesquisadores da área de Educação Especial, entretanto pouco se tem feito no sentido de sua aplicação prática. O como incluir tem se constituído a maior preocupação de pais, professores e estudiosos, considerando que a inclusão só se efetivará se ocorrerem transformações estruturais no sistema educacional.

A inclusão ainda enfrenta muitas barreiras e tem caminhos para percorrer, o importante é que isto já se iniciou e, no futuro, esperasse que a escola seja um lugar onde não haja discriminação e preconceito, que seja um lugar onde as diferenças e o tempo de aprendizagem de cada um seja valorizado.

Acreditamos que os resultados deste estudo possam contribuir de alguma forma, com as discussões atuais em torno da temática sobre a inclusão do deficiente intelectual no ensino regular e a formação de professores que trabalham com esses alunos.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Ministério da Educação. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação - uma introdução á teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARNEIRO, Moacir Alves. **O acesso de aluno com deficiência às escolas e classes comum. Possibilidades e limitações**. Petrópolis, RJ: Editoras Vozes, 2007.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

MANTOAN, Maria Tereza E. **Ser ou estar: eis a questão**. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

MANTOAN. M.T.E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1989

MANTOAN. **A integração de pessoas com deficiências: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo, Memnon: edições científicas, 1997.

MANTOAN. **Essas crianças tão especiais: manual para solicitação do desenvolvimento de crianças portadoras da síndrome de down**. Brasília, 1993.

MENDES, E. G. **Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. S.; MARINS, E. S. C. F. (Org.) *Escola Inclusiva*. São Carlos: EduFSCar, 2002. p. 61-85.

OLIVEIRA, A. A. S. **Estratégias para o ensino inclusivo na área da deficiência intelectual: alguns apontamentos**. In: MARQUEZINE, M.C.; MANZINI, E.J.; BUSTO, R.M.; TANAKA,

E.D.O.; FUJISAWA, D.S. (Org.). Políticas públicas de formação de recursos humanos em educação especial. Londrina: ABPEE, p.69-82, 2009.

PESSOTTI. I. **Deficiência mental: da superstição a ciência**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

ESP/ SEED/ MEC, **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva**, Fascículo I, Brasília, 2010.